



Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo
Biblioteca Conselheiro Aloyzio Alves da Costa

**ÍNDICE DE ASSUNTO
DE ENUNCIADOS DA
SÚMULA DE
JURISPRUDÊNCIA**

Remete ao nº da Súmula

ACORDO/AJUSTE

- assinatura pelo representante legal
 - apresentação do mandato ao TC, 28
- cópia de
 - autenticação, 50
- contrato com órgão de Direito Público Interno
 - indicação de valores, 16
- indicação de dotação orçamentária, 23
- prazo determinado
 - obrigatoriedade, 38
- prorrogação
 - termo aditivo, 47
- publicação de resumo, 46
- ver também Contrato, Convênio

ADIANTAMENTO

- de salário a servidor
 - proibição, 90

ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

- ver Servidor público

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Estado
 - contratação de pessoal
 - vedação, 35
 - escrituração contábil, 110
 - licitação
 - certificado de qualidade, 117
- Município
 - escrituração contábil, 110
 - licitação
 - certificado de qualidade, 117

ADMISSÃO

- registro do ato no TC
 - contratação temporária
 - não sujeição, 124
 - ocorrência há mais de 5 anos, 105

AGENTE POLÍTICO

- décimo terceiro salário, 91, 120
- remuneração
 - fixação na legislatura anterior, 72, 118
 - dispensa, 119
 - recomposição de ganhos, 73
 - limites, 88
- ver também Agente Público, Prefeito, Secretário Municipal, Vereador, Vice-prefeito

AGENTE PÚBLICO

- adiantamento de salário ou remuneração, 90
- falecimento
 - alcance de multa aplicada, 121
- multa
 - alcance, 121
- sucessor
 - alcance de multa aplicada, 121
- valores recebidos a maior
 - devolução, 69

ALUGUEL DE IMÓVEL

- delegacia de polícia, 32
- IESA, 24
- órgãos / entidades estaduais, 10
- órgãos / entidades federais, 10
- para terceiros, 21
- Polícia Militar, 21
- posto de Correios e Telégrafos, 9
- ver Contrato de locação de imóvel

ANUIDADE

- de órgão fiscalizador do regular exercício da profissão
 - pagamento pelo servidor, 95

APOSENTADORIA

- cálculo de proventos
 - assinatura do responsável, 66
 - legislação vigente à época, 30
 - rasuras, ausência de, 56; 98
 - vantagens, direito adquirido, 26
- certidão tempo de serviço, 45
- férias-prêmio
 - contagem em dobro
 - anteriores a 16/12/98, 101
- processo, instrução do, 45
- proventos
 - incorporação de vantagens, 65
- registro do ato no TC
 - concessão há mais de 5 anos, 105
 - documento no original, 29
- requerimento
 - assinatura com firma reconhecida, 11
 - servidor não ocupante de cargo efetivo, 52
 - ver também Servidor público

APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

- ato declaratório
 - elementos, 65
 - obrigatoriedade da data limite, 85

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

solicitação de operações de crédito
responsabilidades, 13

AUXILIAR DE JUSTIÇA

proventos
limites, 74

BENEFÍCIOS

criação de
indicação fonte de custeio, 92

CÁLCULOS

erros/enganos
correção, 78

CÂMARA MUNICIPAL

aprovação das contas do prefeito, 31
despesas orçamentárias
requisição de numerário, 55
fixação de remuneração
dos agentes políticos, 72
folha de pagamento
encargos sociais, 100
julgamento das contas, 99
remessa ao TC, 84
presidente
remuneração, 63
valores recebidos a maior
devolução, 69
rejeição do parecer prévio do TC
quorum necessário, 44
remuneração de agentes políticos
fixação de subsídios, 118, 119
parcela única
vereador/presidente da Câmara, 63
vice-prefeito, 71
recomposição dos ganhos, 73
solicitação de operações de crédito
responsabilidades, 13
tomada de contas, 37

CERTIDÃO ADMINISTRATIVA

de direitos e vantagens, 54; 98

CFEM

utilização de recursos, 125

CÓDIGO PENAL

art. 314, 84
art. 315,70

COFRES PÚBLICOS

devolução de valores recebidos a maior
correção monetária, incidência, 69

COMANDANTE DE DESTACAMENTO POLICIAL

aluguel de imóvel pelo município, 21
ver também Agente Público

COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO MINERAL

ver CFEM

COMODATO

imóvel do Estado, 62

CONCURSO PÚBLICO

edital
publicidade, 116
obrigatoriedade, 76

CONSERVAÇÃO E LIMPEZA

contratação de pessoal para, 35

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

ADCT

art. 19, 103
art. 38, 83
art. 82, 96
art. 29, V, 91
art. 29-A, § 1º, 100
art. 29-A, 102
art. 37, II, 76; 103
art. 41, 103
art. 71, II, 122
art. 71, VIII, 89
art. 167, IV, 96
art. 218, § 5º, 96

CONSTITUIÇÃO MINEIRA DE 1989

ADCT

art. 43, 111
art. 106, 103
art. 31, VI; 41
art. 76, III, 122
art. 76, XIII, 89
art. 80, 122
art. 271, 18

CONTRATAÇÃO DE PESSOAL

para conservação, limpeza, transporte
permissibilidade, 35
serviço técnico profissional
notória especialização/singularidade, 106
prova de habilitação, 40

temporária
ato
 não sujeição a registro no TC, 124
vedação, 35

CONTRATO

aluguel de imóvel, 59
assinatura por representante legal
 apresentação de mandato ao TC, 28
com órgãos de direito público interno
 indicação de valores, 16
controle externo
 anexação autorização governamental, 39
 precedido por licitação, 80
cópia, autenticação, 50
indicação de dotação orçamentária, 23
licitação
 documentação comprobatória, 34
objeto divisível
 itens/lotas, 114
parcelas de um mesmo objeto/objetos de natureza semelhante
 modalidade licitatória
 lapso temporal, 113
prazo determinado
 obrigatoriedade de, 38
prorrogação automática
 termo aditivo, 47
prorrogação de prazo, 59
publicação de resumo, 46
termo aditivo com alterações
 proibição, 86

CONTROLE EXTERNO

dano ao erário
 responsabilização de particulares pelo TC, 122

CONVÊNIO

assinatura pelo representante legal
 apresentação de mandato ao TC, 28
concessão de subvenção, 19
controle externo
 anexação autorização governamental, 39
cópia, autenticação, 50
entre entidades públicas
 dotação orçamentária, 58
indicação de dotação orçamentária, 23
prazo determinado
 obrigatoriedade, 38
prazos, limites, 67
prorrogação
 termo aditivo, 47
publicação de resumo, 46

resolução administrativa autorizativa
juntada nos autos, 4
sem ônus financeiro, 17
termo aditivo com alterações
proibição, 86

CORREÇÃO MONETÁRIA

incidência
na devolução de valores, 69
no débito, 61

CORREIO E TELÉGRAFO, POSTO DE

aluguel de imóvel pelo município, 9
remuneração de servidor, 22

CRÉDITO ESPECIAL

limites, 77

CRÉDITO SUPLEMENTAR

limites, 77

CULTO RELIGIOSO

subvenção pelo poder público
ilegalidade, 25

DÉBITO DO PODER PÚBLICO

ver Poder público

DECADÊNCIA

aplicação do instituto
registro de atos de aposentadoria, 105

DECRETO ESTADUAL

13.547/71, art. 9º, 23
23.559/84, art. 8º, 112

DELEGACIA DE POLÍCIA

aluguel de imóvel pela prefeitura, 32

DELEGADO DE POLÍCIA

ajuda de custo pelo município
proibição, 14
ver também Agente Público

DESPESA

culto religiosos
pelo poder público
proibição, 25
homenagens
dotação orçamentária, 20

DESPESA PÚBLICA

criação de benefício

- indicação fonte de custeio, 92
- empenho prévio
 - obrigatoriedade, 12
 - nota fiscal/documento de quitação, 93
- licitação
 - obrigatoriedade de, 89
- publicidade, 94
- responsabilidade pela, 53
- viagem de funcionário
 - necessidade de comprovação, 79

DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

- indicação de dotação orçamentária, 23

DOCUMENTO MICROFILMADO

- para instruir aposentadoria
 - proibição, 29

EDUCAÇÃO

- verba para
 - 25% da receita municipal, 70

EMATER

- aluguel de imóvel pelo município, 10

EMENDA CONSTITUCIONAL FEDERAL

- 19/98; 27
- 57/03, 5; 41

EMPENHO PRÉVIO

- necessidade de, 12

EMPRÉSTIMO

- por antecipação de receita
 - autorização lei orçamentária, 49

ENSINO

- Fundeb
 - transferências recebidas pelo Município
 - não integração do somatório da receita tributária, 102
- Fundef
 - transferências recebidas pelo Município
 - não integração do somatório da receita tributária, 102
- recursos repassados às caixas escolares
 - contabilização, 115
- verba para
 - 25% da receita municipal, 70

ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO

- contagem de tempo
 - promoção, 104

ESTADO

operações de crédito
parecer prévio do TC
obrigatoriedade, 13

FUNCIONÁRIO PÚBLICO

ver Servidor público

FUNDEB

ver sob o cabeçalho “Ensino”

FUNDEF

ver sob o cabeçalho “Ensino”

FUNDOS FEDERAIS

bloqueio de transferências, 37

GOVERNADOR

intervenção no município, 37
ver também Agente Público

IESA

aluguel de imóvel
proibição, 24

IMÓVEL DO ESTADO

comodato, 62
obras/serviços executados pela prefeitura, 8

IMÓVEL PÚBLICO

uso por terceiros, 75

JUIZ DE DIREITO

despesas moradia pela prefeitura, 6
ver também magistrado

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL

3/72, art. 23, §, 2º, 6
33/94, art. 54, 84
64/02, 64

LEI COMPLEMENTAR FEDERAL

50/85, 3
101/00, 19
102/08, art. 2º, III, 121
102/08, art. 3º, IV, 121

LEI ESTADUAL

134/47, 41
1232/55, 41
1523/56, 41
2001/59, 41

3214/64, 48
5140/68, 18
art. 1º, 111
5511/70
art. 54, 11
art. 73, 84
8330/82, 60
8517/84
art. 2º, § 4º, 112

LEI FEDERAL

5433/68, 29
8666/93
art. 13, 106
art. 25, II, 106
art. 57, 113

LICITAÇÃO

atos convocatórios
certificado de qualidade, 117
contratação de serviços técnicos
notória especialização/singularidade, 106
contratações
objeto divisível
itens/lotas, 114
homologação
assinatura autoridade competente, 80
instituição financeira privada
movimentação de recursos financeiros municipais, 109
legalidade da
envio de documentos ao TC, 34
obrigatoriedade, 89
parcelas de um mesmo objeto/objetos de natureza semelhante
modalidade licitatória
lapso temporal, 113
sistema de quarteirização, 126

MAGISTÉRIO

contagem de tempo, 104
regente de ensino
gratificação de incentivo à docência
licença para tratamento de saúde, 112

MAGISTRADO

pensão à viúva/dependente
cálculo, 27

MUNICÍPIO

agentes políticos
fixação de remuneração, 72, 118, 119
ajuda de custo
delegado de polícia, 14

- concessão de
 - ajuda de custo a delegado, 14
 - benefício
 - indicação fonte de custeio, 92
 - subvenção social, 43
- convênio
 - sem ônus financeiro, 17
- despesas
 - aluguel para delegacia de polícia, 32
 - criação de benefícios/seguridade social
 - indicação fonte de custeio, 92
 - Juiz de Direito e Promotor, 6
 - reforma de imóveis do Estado, 8
 - servidores
 - limite, 83, 87
- devolução de valores recebidos a maior
 - correção monetária, incidência, 69
- funcionário público
 - décimo terceiro salário, 51
 - despesas, limite, 83, 87
 - remuneração, limite, 88
- FUNDEF
 - transferências recebidas
 - não integração do somatório da receita tributária, 102
- juízo das contas
 - irregularidades, 57
 - remessa ao TC, 84
- licitação, obrigatoriedade, 89
- locação de imóvel
 - IESA, 24
 - órgãos / entidades estaduais, 10
 - órgãos / entidades federais, 10
 - posto de Correios e Telégrafos, 9
 - por terceiros, proibição, 21
 - Polícia Militar
 - comandante, 21
- movimentação de recursos financeiros
 - cooperativa de crédito
 - vedação de contratação, 109
 - instituição financeira privada, 109
- operações de crédito
 - parecer prévio do TC
 - obrigatoriedade, 13
- ordenador de despesa
 - juízo de atos, 107
- pagamento de refeições p/ policiais, 15
- pagamento de servidor dos correios, 22
- prestação de contas
 - apresentação ao TC, 37
- receita
 - aplicação de 25% em educação, 70
- recursos repassados às caixas escolares

contabilização, 115
viagem de funcionário
comprovação de despesas, 79

NOTA FISCAL/DOCUMENTO DE QUITAÇÃO

obrigatoriedade em despesa pública, 93

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

parecer prévio do TC
obrigatoriedade de, 13

ORÇAMENTO

exercício anterior
prorrogação
proibição, 33
indicação da dotação orçamentária
exigência legal, 23
projeto de lei, 33

ORDENADOR DE DESPESA

poder municipal
julgamento de atos, 107
responsabilidade, 12, 107
ver também Agente Público

ÓRGÃO FISCALIZADOR DO REGULAR EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

pagamento de anuidade
pelo poder público
proibição, 95

PARECER PRÉVIO

rejeição pela Câmara Municipal, 44
rejeição/aprovação das contas
ausência de
ineficácia, 31

PENSÃO

registro do ato no TC
concessão há mais de 5 anos, 105
viúva/dependentes de magistrado, 27

PLANO PLURIANUAL

indicação da dotação orçamentária
exigência legal, 23

PODER PÚBLICO

lei ou ato normativo
apreciação incidental de constitucionalidade
competência do Tribunal Pleno, 123
pagamento de débito
correção monetária, 61

POLÍCIA CIVIL

adicional trintenário
contagem de tempo, 41
pagamento de refeições para, 15

POLÍCIA MILITAR

aluguel de imóvel, 21
reforma, 7

PRAZO LEGAL

prestação de contas anual, 37
vigência de convênio/contrato, etc., 38

PREFEITO

décimo terceiro salário, 91, 120
despesas com viagem, 82
deveres, 55
ordenador de despesa
 julgamento de atos, 107
remuneração, 68
 fixação pela legislatura anterior, 72
 dispensa, 119
licença para tratamento de saúde, 68
limites, 88
reajustamento, 1
recomposição dos ganhos, 73
tratamento de saúde, 68
valores recebidos a maior
 devolução, 69
prestação de contas anual, 37
ver também Agente Público

PRESIDENTE DE CÂMARA MUNICIPAL

ordenador de despesa
 julgamento de atos, 107
subsídio
 parcela única, 63
valores recebidos a maior
 devolução, 69
ver também Agente Público, Câmara Municipal

PROFESSOR

contagem de tempo
 promoção, 104
gratificação de incentivo à docência
 licença para tratamento de saúde, 112
quinqüênio, recebimento
 licença tratamento de saúde, 5

PROMOTOR DE JUSTIÇA

aluguel de imóvel pelo município, 6

PROVENTOS

ver Servidor público

PUBLICIDADE

promoção pessoal
ilegalidade, 94

RECEITA PÚBLICA

vinculação a título de impostos a órgão, 96

RECIBOS/QUITAÇÕES

documentos de, 53

REFORMA

registro do ato no TC
concessão há mais de 5 anos, 105

RESTITUIÇÃO DE VALORES

correção monetária, 69

SECRETÁRIO DE ESTADO

competência
celebração de convênio/contrato, 39
ver também Agente Público

SECRETÁRIO MUNICIPAL

décimo terceiro salário, 91, 120
remuneração
fixação pela legislatura anterior, 72
dispensa, 119
recomposição dos ganhos, 73
ver também Agente Público

SEGURIDADE SOCIAL

criação de benefícios de
indicação fonte de custeio, 92

SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS

contratação de pessoal para, 40

SERVIDOR PÚBLICO

adicional de 10%
contagem de tempo de serviço, 64
Polícia Civil, 41
admissão
não reconhecimento da constitucionalidade do art. 106 do ADCT/CE 89,
103
anuidade a órgão fiscalizador do regular exercício da profissão, 95
aposentadoria
contagem de tempo, 52
férias-prêmio anteriores a 16/12/98, 101
Lei 5140, 18, 111
tempo ficto, 111

- aposentadoria por tempo de serviço
 - ato de vontade, 11
- benefício/seguridade social
 - criação de
 - indicação fonte de custeio, 92
- certidão administrativa, 54; 98
- concurso público
 - obrigatoriedade, 76
- contagem de tempo
 - Lei 5140/68, 18, 111
 - tempo ficto, 111
- contratação, vedação, 35
- décimo terceiro salário, 51
- despesas com
 - limites, 83, 87
- despesas com viagem
 - necessidade de comprovação, 79
- gratificação de produtividade
 - incidência nos proventos, 60
- Lei 3214/64, 48
- não ocupante de cargo efetivo
 - aposentadoria, 52
- proventos
 - cálculo, 30
 - cargo em comissão
 - vencimentos/ vantagens/gratificação, 60
 - gratificação, L. 8.330/82, 60
 - vantagens, incorporação, 26
- registro do ato no TC, 105
- remuneração
 - adiantamento, 90
 - limites, 88
- salário, adiantamento
 - proibição, 90
- transferência para a inatividade
 - tempo ficto, 111
- viagem a serviço, despesas
 - necessidade de comprovação, 79
- ver também Agente Público

SERVENTUÁRIO DE JUSTIÇA

- proventos
 - limites, 74

SUBVENÇÃO

- concessão de
 - controle externo, 19

SUBVENÇÃO SOCIAL

- legitimidade, 43

SÚMULA

edição de enunciado, 126

SÚMULA 347 DO STF, 103

TRIBUNAL DE CONTAS

bloqueio de quotas-partes

de fundos federais, 37

dano ao erário

responsabilização de particulares, 122

imposição de multa-coerção

sem prévia oitiva do jurisdicionado, 108

TRIBUNAL PLENO

competência

apreciação incidental de constitucionalidade

lei ou ato normativo do Poder Público, 123

VEREADOR

décimo terceiro salário, 91, 120

remuneração

fixação legislatura anterior, 72

LC 50/85, 3

limites, 42, 88

reajustamento semestral, 2

recomposição dos ganhos, 73

subsídio

parcela única, 63

valores recebidos a maior

devolução, 69

servidor público

opção por remuneração, 81

ver também Agente Público

VICE-PREFEITO

décimo terceiro salário, 91, 120

remuneração

fixação legislatura anterior, 72

dispensa, 119

limites, 88

reajustamento, 1

recomposição dos ganhos, 73

subsídio

parcela única, 71

valores recebidos a maior

devolução, 69

ver também Agente Público

*Elaboração: Coordenadoria de Biblioteca e Gestão de Informação
Bibliotecária Responsável pela Atualização:
Ariadne Antunes Vilaça Teixeira - CRB 6/1022*